



Câmara dos Deputados

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2018
(Do Sr. Reginaldo Lopes)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (“Estatuto do Desarmamento”), para tornar obrigatória a inserção de um circuito eletrônico integrado (“chip”) de identificação em todas as armas de fogo comercializadas ou fabricadas no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (“Estatuto do Desarmamento”), para tornar obrigatória a inserção de um circuito eletrônico integrado (“chip”) de identificação em todas as armas de fogo comercializadas ou fabricadas no Brasil.

Art. 2º Os arts. 16 e 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.

.....

I – suprimir ou alterar circuito eletrônico integrado “chip”, marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

.....

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com circuito eletrônico integrado “chip”, marca, numeração ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

.....” (NR)

“Art. 23.

.....

§ 3º As armas de fogo comercializadas ou fabricadas no País, inclusive para os órgãos previstos no art. 6º, conterão número de série gravado no corpo da arma e circuito eletrônico integrado (“chip”) de identificação, na forma do regulamento desta Lei.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar dos vários avanços no campo das políticas públicas e iniciativas legislativas o Brasil segue com um número significativo de armas de origem legal que foram furtadas de seus proprietários e depois apreendidas, grande parte utilizadas em crimes. É o que diz a Pesquisa sobre o caminho percorrido por armas apreendidas em situações de roubo e homicídio, realizada pelo Ministério Público de São Paulo em parceria com o Instituto Sou da Paz, que demonstraram que 38% das armas rastreadas tinham registro legal prévio, que foram vendidas legalmente e depois desviadas para as mãos de criminosos. Das armas com registro prévio, a grande maioria foi registrada no Estado de São Paulo, demonstrando que é preciso reforçar a fiscalização dentro das fronteiras do estado.

A pesquisa analisou o universo de 4.289 armas apreendidas nesses dois tipos de crime (roubo e homicídio) na cidade de São Paulo, nos anos de 2011 e 2012, e constatou que aproximadamente metade delas não pode ter o seu perfil revelado por conta da numeração raspada, prática comum entre os criminosos.

Esta situação preocupa e reforça a necessidade do Estado Brasileiro de aperfeiçoar o controle do mercado legal brasileiro desde sua fabricação, até sua comercialização, e importação, pois permitiria os órgãos relacionados à segurança identificar o caminho das armas usadas no crime e dar importantes subsídios para o combate do comércio ilegal.

Os dados do rastreamento também chamam a atenção para um outro problema; do universo das armas do homicídio: 40% não podem ser rastreadas por terem a numeração alterada. Nas armas do roubo este número é ainda mais preocupante: 54%, ou seja, apesar de saber que a maioria das armas são nacionais não é possível descobrir a fonte do desvio.

A implantação do “circuito eletrônico integrado (chip)” visa ampliar a capacidade dos organismos de segurança pública de mapear o comércio ilegal, além de servir como nova ferramenta no desenho de estratégias para a redução dos índices de violência.

Sala das Sessões, em de outubro de 2018.

Deputado REGINALDO LOPES
PT/MG